



Prefeitura aumenta imposto residencial e comercial

A Prefeitura do Rio aumentou de forma aleatória, apenas para engordar o orçamento, o IPTU residencial e comercial com base em legislação aprovada no ano passado.

A comunicação oficial está trabalhando para minimizar a discussão da matéria. A Câmara Municipal que deu sinal verde para o aumento tem tentado, sem êxito, colocar em debates os novos valores que ela própria estipulou no ano passado.

Jorgina

A OAB do Rio apreciará, nesta quinta-feira (22/2), a carteira profissional da mega-fraudadora do INSS, Jorgina de Freitas. O Tribunal Pleno da Ordem é constituído por 45 membros titulares e 20 suplentes.

Gentileza

O ministro da Justiça, José Gregori, foi convidado pelo presidente do STF, Carlos Velloso, para um almoço em seu gabinete. O convite foi feito para não deixar dúvidas de que está tudo bem entre o Executivo e o Judiciário, depois da declaração do ministro José Gregori de que a Justiça não está colaborando com o governo no combate à violência.

Demissão na Globo

A Editora Globo enxugou despesas em sua área comercial. Acaba de demitir 40 profissionais do setor de publicidade e opera agora com quatro diretorias independentes.

As equipes de vendas foram divididas em núcleos. A empresa explica o corte como pequeno enxugamento de 4% da folha que foi inchada de 800 para 900 funcionários de forma abrupta.

Cabeça na força

A pré-liquidação do deputado Eurico Miranda(PPB-RJ),foi uma decisão familiar na TV Globo.

Balanço

O senador ACM deve estar intimamente infeliz. A luta radical que travou contra Jader Barbalho, a ponto de deixar o adversário sem espaços para recuar, resultou na eleição do parlamentar paraense à presidência da casa.

Para o país a briga não contribuiu em nada. O Congresso pode ou não ficar mais vulnerável. Ficará, com certeza, mais rancoroso em um ano decisivo par a eleição de 2002. Também embaraça a vida do governo que, por sua vez, não deve estar feliz. Convocou o Congresso para deixar os políticos se queimarem e se chamuscou junto. A convocação rendeu R\$ 40 mil para cada parlamentar que não votou nenhuma matéria urgente.



As MPs seriam prorrogadas automaticamente se não houvesse a convocação. Em suma: um desastre.

Date Created

21/02/2001